

7 dez 2006

Nº 22



A revitalização do mercado de trabalho brasileiro

Por **Antonio Prado**¹
Economista do BNDES

O crescimento é fundamental para o dinamismo do mercado de trabalho brasileiro

Ao final dos anos 70, o mercado de trabalho brasileiro já havia alcançado uma considerável maturidade e mesmo que não houvesse um repasse dos ganhos de produtividade para os rendimentos dos assalariados, havia uma forte absorção de mão de obra, que além de ampliar a massa de salários, abria trajetórias de mobilidade social para amplos segmentos da população. As crises da dívida externa e da hiperinflação latente nos anos 80 atingiram du-

ramente os rendimentos do trabalho e aprofundaram a desigualdade de rendas. Mas, apesar das adversidades, continuou havendo absorção de empregos no setor público e um significativo processo de organização sindical. A chamada década perdida não interrompeu a construção de um mercado de trabalho estruturado.

Não se pode dizer o mesmo sobre os ainda mais turbulentos anos 90. Neste período, chegam ao Brasil as receitas de flexibilização do mercado de trabalho, adotadas no Reino Unido e nos EUA, durante o período Thatcher e Reagan, sob a ale-

Visão do Desenvolvimento é uma publicação da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE), da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As opiniões deste informe são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o pensamento da administração do BNDES.

¹ Antonio Prado é economista, professor do Departamento de Economia da PUC-SP (licenciado), foi Coordenador da Produção Técnica do Dieese nos anos 90 e é responsável pelo escritório do BNDES em Brasília.

gação de serem estimuladoras da acumulação de capital, do crescimento econômico e do emprego. Mesmo com balanços negativos dessas políticas, que já apontavam seu fracasso, seguiu-se o receituário anglo-americano aqui também, apesar de termos uma situação do trabalho completamente distinta dos altamente organizados mercados de trabalho daqueles países. Lá o resultado foi a ampliação das desigualdades e do desemprego. Aqui, porém, adicionou-se a esses efeitos, uma intensa regressão na qualidade do mercado de trabalho, ainda em processo de organização.

Como avaliar essa regressão? Os estudos da OIT fornecem alguns elementos úteis (Standing, 1990). Considerando que a organização do mercado de trabalho capitalista atinge sua maturidade plena nos anos de pós II Guerra Mundial na Europa e EUA, ele identifica alguns de seus elementos básicos, que podemos sintetizar da seguinte maneira-

a) Segurança no mercado de trabalho - desemprego reduzido e baixo tempo de procura para entrada no, ou mudança de, emprego;

b) Segurança no emprego - emprego formal, de longa duração, com jornada plena e proteção social;

c) Segurança na renda - remuneração fixa, proteção contra a inflação, incorporação dos ganhos de produtividade, salário mínimo acima da linha de pobreza e seguro-desemprego;

d) Segurança na contratação - contrato coletivo de trabalho;

e) Segurança na organização trabalhista - liberdade de organização sindical plena.

A partir desses elementos é possível avaliar objetivamente a regressão do mercado de trabalho nos anos 90 no Brasil.

Os anos 90 foram tão trágicos para a situação do trabalho no Brasil que muitos ana-

listas chegaram a prever o fim do crescimento com emprego. De fato, nos poucos anos com crescimento econômico mais robusto, de 1993 a 1997, a elasticidade emprego do PIB caiu mais de 80% em relação aos medidos nos anos 70 e 80. O PIB cresceu 22,7% e a ocupação apenas 6,0%. Isso exigiria um crescimento do PIB de 8,76% para absorver um crescimento anual de 2,6% ao ano da PEA. Como o crescimento da produção foi de 4,2% ao ano, o desemprego subiu. O *Jobless growth* ou o crescimento com poucos empregos, como veremos, foi um fenômeno conjuntural.

Dívida externa e hiperinflação aprofundaram desigualdade e atingiram duramente os rendimentos nos anos 80

• S
org
a)
tant
bem
b)
tre d
gocia
igua
mes
neg
ou s
Nã
qual
que
ao fi
da, p
da m
res d
raçã
os e

Re
AC
BR
duçã
L'he
PN
res 2
STA
towa
socia
SZ: I
TR
da in

Sit
ww
ww
ww
ww

Quadro 1

Elementos da Rede de Segurança do Mercado de Trabalho Décadas de 1980 a 2000 Brasil

Rede de Segurança	Anos 80	Anos 90	Anos 2000
Mercado de trabalho	. O desemprego cresce no início da década e cai no seu final	. O desemprego dobra no período (exceto nos primeiros 18 meses do Plano Real)	. Lenta queda do desemprego
Emprego	. A formalização continua em crescimento	. O emprego se precariza	. Espetacular processo de formalização . Recuo das terceirizações
Renda	. Flutua muito, mas sucumbe ao processo inflacionário	. A renda real cai continuamente (exceto nos primeiros 18 meses do Plano Real)	. Lenta recuperação da renda
Contratos	. Ampliação do número de cláusulas dos contratos de trabalho	. Redução do número de cláusulas nos contratos de trabalho e nas súmulas protetoras do TST	. Procuradoria do trabalho e TCU exigem recuo de terceirizações no setor público
Organização Trabalhista	. Cresce a qualidade da ação e da organização sindical . Cresce significativamente o número de negociações trabalhistas	. Explode o número de sindicatos de papel . Há uma retração na ação dos sindicatos legítimos	. Sobee significativamente o número de negociações trabalhistas com ganhos acima do INPC por sindicatos legítimos . Continua o crescimento de sindicatos de papel

Elaboração: Autor

Esta queda do crescimento econômico nos anos 90, média de 2,6%, metade da média dos cem anos do século XX, foi resultado de uma série de opções macroeconômicas restritivas. No período do Governo Collor, houve a explosão hiperinflacionária, seguida do confisco de ativos financeiros, que desorganizaram profundamente a economia. Durante o colapso político desse go-

² Taxa de paridade descoberta = juros externos + risco país + expectativa de variação cambial

verno, adotou-se a blindagem macroeconômica que predominou durante a década, excluídos os primeiros meses de preparação e implantação do Plano Real (jan-94 a mar-95), juros muito acima da taxa de paridade descoberta², que atraíam dólares para a ciranda financeira e deprimiam os investimentos e a atividade produtiva.

Os primeiros anos de estabilização da nova moeda foram garantidos por juros reais elevados e uma âncora cambial que reduziu ex-

pressivamente o potencial exportador do país e ampliou drasticamente o déficit de transações correntes. As privatizações foram realizadas para ajudar a fechar o balanço de pagamentos desequilibrado. Essa combinação de juros reais elevados, câmbio sobrevalorizado e privatizações contribuiu para desestruturar o mercado de trabalho brasileiro. O desemprego dobrou na década, os salários reais caíram até recentemente, os empregos formais desabaram e os informais escalaram. Parecia que 60 anos de esforços para criar um mercado de trabalho organizado no país haviam sido perdidos. Por isso, os anos 90 são entendidos como regressivos na história recente do mercado de trabalho.

Após o colapso do câmbio em janeiro de 99, a adoção de um novo regime monetário e cambial começou a mudar esse quadro lastimável, mas com muita lentidão, devido aos problemas acumulados no período anterior. Já no ano 2000, o crescimento do PIB acima de 4%, a lenta recuperação das exportações e a rápida recuperação da agricultura, contribuíram para a geração de empregos formais em volume razoável e com a redução das taxas de de-

Os anos 90 foram tão trágicos para o trabalho no Brasil que analistas viram fim do crescimento com emprego

semprego. Porém, as crises externas de 2001 a 2003 – quebra da Nasdaq, escândalos financeiros nos EUA, ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono, calote da Argentina, golpe na Venezuela, guerra no Afeganistão, guerra no Iraque, escalada do preço das *commodities*, impediram uma sólida recuperação do mercado de trabalho no Brasil, já que a estabilidade macroeconômica foi bastante abalada.

Mas, a partir de 2003, há uma mudança de padrão no mercado de trabalho. Todas as variáveis identificadas pela OIT para uma avaliação da qualidade do mundo do trabalho começaram a melhorar simultaneamente. Vale listá-las uma a uma.

• Segurança no mercado de trabalho

a) a taxa de desemprego subiu de 6,7% em dez-89 para 17,4% em dez-98 e caiu para 14,6% em out-06 (PED-RMSP Convênio Dieese-Seade);

b) o tempo de procura médio por um novo emprego que em dez-89 era de 14 semanas, cresce para 37 semanas em dez-98; 52 semanas em dez-02 e cai para 48 semanas em ago-06 (PED-RMSP Convênio Dieese-Seade);

• **Segurança no emprego**

a) A média de geração de empregos formais entre 1994 e 2002 foi de 9.754 postos mensais e subiu para 105.222 na média mensal desde 2003 (Caged – M.T.E);

b) O tempo de permanência médio no emprego que foi de 49 meses em dez-89, 57 meses em dez-98, são os mesmos 57 meses em dez-02 e em ago-06 aumentou

para 60 meses (PED-RMSP Convênio Dieese-Seade);

• **Segurança na renda**

a) Após 8 anos de quedas consecutivas na renda média do brasileiro (-18,8% de 1996 a 2003), ela voltou a subir 5,4%

em 2005 (PNAD-2005);

b) O salário mínimo real, que cresceu 97% desde 1995, sobe mais de 40% real desde dez-02

Medidas restritivas na macroeconomia nos anos 90 reduziram crescimento para 2,6%, metade da média dos cem anos do Séc. XX

Tabela 1

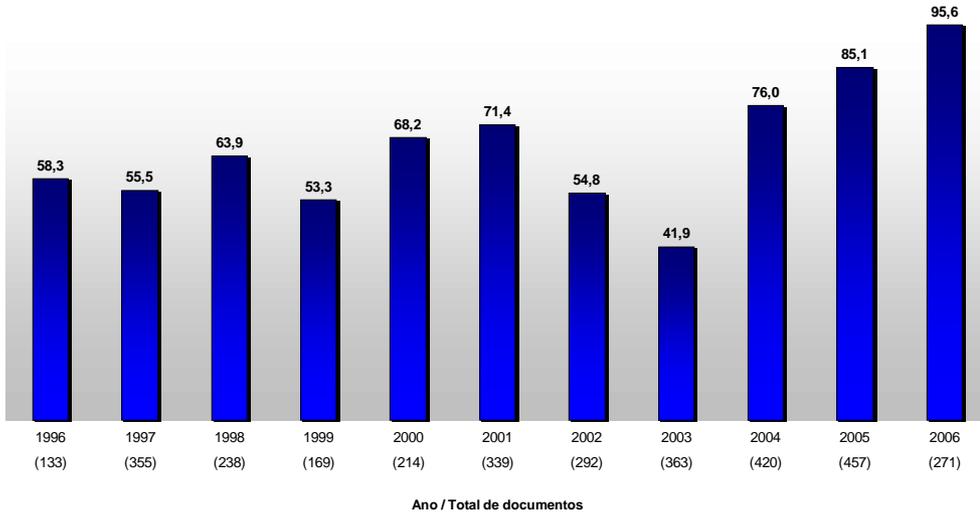
Elasticidade Emprego do PIB			
	Formal (RAIS)	Total (PNAD)	Padrão do Período
1985 a 2005	0,800	nd	. Instabilidade e mudanças abruptas na economia
1985 a 1989	1,244	nd	. Instabilidade econômica com geração de empregos no setor público
1993 a 1997	0,231	0,301	. Crescimento econômico com pouca geração de empregos. Precarização do mercado de trabalho
1994 a 1998	0,275	0,324	. Volátil e afetado pela sobrevalorização cambial. Reformas conservadoras queimam empregos
1999 a 2005	1,943	0,714	. Volatilidade alta até 2003 e estabilidade a partir de 2004. Empregos formais em forte crescimento

Fontes: M.T.E - RAIS e IBGE- PNAD

Elaboração: Autor

Nota: elasticidades calculadas com regressão linear simples de variáveis expressas em logaritmos neperianos

Porcentagem de ocorrências de reajustes iguais ou superiores à variação da inflação acumulada na data-base, segundo o INPC-IBGE
Brasil, janeiro a junho de 1996 a 2006



(Ipeadata). Como o seguro-desemprego é indexado ao salário mínimo, ele também teve crescimento real;

c) Os preços da cesta básica caem cerca de 3% e a inflação está plenamente controlada (Convênio Dieese-Procon);

d) A desigualdade entre as rendas pessoais caem de 40 vezes para 30 vezes na comparação dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres (PED-RMSP Convênio Dieese-Seade);

• Segurança na contratação

a) A forte ampliação dos empregos formais integra um número cada vez maior de trabalhadores aos mecanismos de proteção ao trabalho;

b) A reorganização e criação de carreiras no serviço público federal

aumenta a qualidade do trabalho dos servidores;

c) A redução da terceirização no setor público abre espaço para novos concursos públicos e para o aumento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos;

Geração de empregos entre 1994 e 2002 foi de 9.754 postos mensais e subiu para 105.222 na média mensal desde 2003

• **Segurança na organização trabalhista**

a) Houve um crescimento substancial de negociações trabalhistas bem sucedidas;

b) Enquanto no primeiro semestre de 1996, apenas 58,3% das negociações conquistavam reajustes iguais ou superiores ao INPC, no mesmo período de 2006, 96% das negociações atingem valores iguais ou superiores ao INPC.

Não há dúvida que a regressão na qualidade do mercado de trabalho que caracterizou os anos 90 chegou ao final. Mas há muito que fazer ainda, pois as taxas de desemprego ainda não recuaram para os patamares do final dos anos 80 e a recuperação do poder aquisitivo dos salários está apenas no início. Considere

rando que a elasticidade emprego do PIB aproxima-se de 0,71, temos uma oportunidade para uma forte redução das taxas de desemprego. A mesma média de crescimento do PIB verificada entre 93-97 geraria o triplo de ocupações daquele período. Um crescimento médio do PIB de 5% aumentaria os empregos totais em 3,5%, enquanto a PEA urbana vem crescendo a uma taxa de 2,4%, o que reduziria a taxa de desemprego de forma consistente.

O crescimento do PIB nos próximos anos, no mínimo, dentro dos padrões médios dos 100 anos do século XX, que foi de 5%, deve ser o próximo passo para permitir a consolidação do processo de revitalização do mercado de trabalho brasileiro.

Referências Bibliográficas

ACKERMAN, Frank. **Reaganomics**. Boston: South End Press, 1982.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado**: crítica do liberalismo. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. Título original: *L'heure du Marche: Critique du Libéralism*.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-Síntese de Indicadores 2005/IBGE. Rio de Janeiro, 2006, 274 p.

STANDING, Guy. **Structural adjustment and labour market policies: towards social adjustment?** In: STANDING, Guy; TOKMAN, Victor. *Towards social adjustment: labour market issues in structural adjustment*. Geneva, SZ: International Labour Office, 1991. p. 5-26.

TREVISAN, Leonardo. **Educação e trabalho**: as receitas inglesas na era da instabilidade. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

Sites utilizados:

www.ipeadata.gov.br

www.ibge.gov.br

www.dieese.org.br

www.seade.gov.br



Se você quer receber os próximos números desta
publicação envie e-mail para
visao.do.desenvolvimento@bndes.gov.br.